



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM SUL DE MINAS - Núcleo de Controle Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - NUCAM nº. 7/2022

Varginha, 06 de julho de 2022.

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA nº. 7/2022				
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 49272233				
PA COPAM Nº: 2339/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento		
EMPREENDEDOR:	Município de Carrancas	CNPJ:	17.953.332/0001-93	
EMPREENDIMENTO:	Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 03	CNPJ:	17.953.332/0001-93	
MUNICÍPIO(S):	Carrancas	ZONA:	Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):	LAT/Y: 21°26'29.95"S		LONG/X: 44°36'39.4"O	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Reserva da Biosfera da Mata Atlântica				
CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-9	Área da jazida	Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:		
Ygor Azevedo Soares de Souza – Técnico em Meio Ambiente		CFT 2201791399 CREA-MG 236070/D		

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Lidiana Oliveira Amaral de Souza - Gestora ambiental	1.374.437-0	
DIRETOR TÉCNICO DE REGULARIZAÇÃO (DE ACORDO)	MATRÍCULA	ASSINATURA
Eridano Valim dos Santos Maia	1.526.428-6	



Documento assinado eletronicamente por **Lidiana de Oliveira Amaral, Servidor(a) Público(a)**, em 07/07/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).




Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia, Diretor(a)**, em 08/07/2022, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49260654** e o código CRC **83338B6B**.

Referência: Processo nº 1370.01.0031115/2022-85

SEI nº 49260654

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente Sul de Minas		Data: 06/07/2022				
<u>Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - DRRR nº. 07/2022</u>							
PROCESSO Nº: 2339/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento					
EMPREENDEDOR: Município de Carrancas		CNPJ: 17.953.332/0001-93					
EMPREENDIMENTO: Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 03		CNPJ: 17.953.332/0001-93					
MUNICÍPIO: Carrancas		ZONA: RURAL					
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"> Reserva da Biosfera da Mata Atlântica 							
CÓDIGO: A-03-01-9	PARAMETRO: Área da jazida	ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17): Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal.	<table border="1"> <thead> <tr> <th>CLASSE</th> <th>CRITÉRIO LOCACIONAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL	2	1
CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL						
2	1						
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ygor Azevedo Soares de Souza – Técnico em Meio Ambiente		REGISTRO: CFT2201791368 CREA-MG 236070/D					
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA				
Lidiana Oliveira Amaral de Souza Gestora Ambiental		1.374.437-0					



O empreendimento **Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 03**, pretende exercer a atividade de extração de cascalho no local denominado Fazenda Água Limpa, na zona rural do município de Carrancas/MG, para fins de manutenção das estradas rurais deste município.

Em 09/06/2022 formalizou junto a Supram Sul de Minas o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado SLA nº 2339/2022 para a atividade de **“extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal” – código A-03-01-9** da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, em área da poligonal do processo ANM nº 830.566/2022, com requerimento de solicitação de registro para extração mineral protocolado junto à Agência Nacional de Mineração – ANM (protocolo SEI nº 48054.830566/2022-83).

O empreendimento enquadra-se como **Classe 2** por apresentar potencial poluidor **médio** e porte **pequeno** com área da jazida de 2,97 ha.

Em análise à plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), o empreendimento está inserido na zona de Transição da Reserva da Biosfera – RB da Mata Atlântica. Houve a incidência do critério locacional fator 1 e, tipificou a modalidade de análise como Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS, com apresentação de estudo referente ao critério locacional.

Constam no processo certidão da matrícula do imóvel nº 12378, Termo de Cessão de Uso celebrado entre o proprietário e o Município de Carrancas, bem como recibo de inscrição do imóvel rural no CAR. Constam, ainda, certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal válido e Certidão de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Carrancas em 30/05/2022.

De acordo com o CAR nº MG-3114600-AEAF.0039.EC91.4421.96C4.55CA.CB6B.E8C7, de 29/04/2016, o imóvel rural denominado Fazenda Água Limpa possui 82,3340 ha de área total, havendo 71,4726 ha de área consolidada, 7,4854 ha de APP total e 10,5843 ha de área proposta de Reserva Legal, que corresponde a 12,85% da área total do imóvel demarcada e que representa o total de área com remanescente de vegetação nativa.

Em consulta ao SICAR verificou-se que a propriedade possui boa cobertura vegetal em suas APP's, sendo que o processo de regeneração natural poderá ser utilizado como forma de enriquecimento dessas áreas.

Ressalta-se que em conformidade com o art. 5º, § 1º, inciso IV da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.132, de 07 de abril de 2022, a análise de CAR relacionada à processo de licenciamento ambiental simplificado – LAS, sem intervenção ambiental vinculada, será realizada por intermédio das UFRBios do IEF.

A área total do empreendimento é de 3,0 ha, área da jazida é de 2,97 ha e não há área construída. O empreendimento irá operar com 4 colaboradores e o regime de operação é de um turno de 4 horas/dia, 5 dias/semana e 7 meses/ano. A atividade é sazonal havendo



paralisação de 5 meses (novembro a março) da extração devido ao período chuvoso. A manutenção de estradas e as obras viárias que demandam cascalho serão realizadas no período da estiagem.

De acordo com o RAS, a produção estimada será de 185 ton/mês de cascalho, correspondente à capacidade nominal dos equipamentos e a vida útil da jazida de 3 anos. Como a vida útil do empreendimento está vinculado ao volume de extração mensal, entende-se pela não necessidade de redução do prazo de validade da licença de Operação, sendo que constará como condicionante desta licença a apresentação do PRAD relativo à área afetada 6 meses antes da previsão de encerramento das atividades. Portanto, é importante que o empreendedor, no caso de mudança no cenário ora identificado, comunique a Supram por meio de peticionamento junto ao seu processo de regularização.

A operação do empreendimento promoverá alteração na paisagem, sendo condicionado neste parecer a apresentação de protocolo de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, referente à área objeto de extração, em observância ao disposto na Deliberação Normativa Copam nº 220/2018 e Instrução de Serviço Sisema nº 07/2018.

Os equipamentos utilizados serão 3 caminhões basculante, 1 escavadeira hidráulica para as operações e 1 trator de esteira.

O processo de extração do cascalho seguirá uma sequência operacional que se inicia com a remoção da camada de solo vegetal e acondicionamento da mesma em local apropriado dentro da área do empreendimento, esse local de acondicionamento da camada de solo vegetal será dotado de drenagem. O solo estocado temporariamente será reutilizado para recuperação e fechamento das bancadas e recomposição vegetal das bancadas. No entorno da área de extração será implementado diques de contenção de sedimentos e canais de drenagem ligados a microbacias de decantação, de forma a impedir assoreamento do corpo hídrico local. O desmonte da camada de cascalho será realizado por escavadeira e a camada de cascalho será acondicionada provisoriamente ao lado da cava, até que seja carregada e transportada. A extração será realizada por bancadas, de modo a permitir maior estabilidade no terreno e melhores condições de recuperação da área. A operação no local será destinada apenas a extração de cascalho, em método mecânico a seco, para aplicação imediata em obras viárias do município. Não haverá tratamento, beneficiamento ou formação de pilhas de estéril/rejeito.

Foi informado que as estradas externas, por onde o cascalho será escoado, possui boas condições de tráfego e já estão devidamente implementadas.

O estudo informa se tratar de área antropizada, com presença de vegetação rasteira e inexistência de espécies arbóreas e que **não haverá intervenções ambientais passíveis de regularização como supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e/ou intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP.**

Importante destacar que este Parecer Técnico não autoriza qualquer supressão de vegetação nativa e/ou árvores isoladas ou, ainda, qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente – APP.

As imagens abaixo ilustra a localização do empreendimento:



Figura 1: Área de extração de cascalho no ano de 2014 já antropizada.



Figura 2: Área de extração de cascalho no ano de 2021 com pouca alteração.



Mediante análise cronológica no softwar *Google Earth* foi verificado que o local pleiteado para extração de cascalho encontra-se boa parte em área onde desde 2014 já encontrava-se antropizada, conforme figuras 1 e 2 acima. A área em questão localiza-se no bioma Mata Atântica, porém com a presença de áreas de transição com o Cerrado. Possui no seu entorno imediato atividades de silvicultura e remanescentes de vegetação nativa associados à cursos d'água. Conforme informado no RAS (Figura 3) a nascente/curso hídrico mais próximo está a mais de 75 metros da frente de área da jazida.



Figura 3:Área da propriedade com a demarcação das áreas de APP's e a poligonal de extração de cascalho.

Como principais impactos inerentes à atividade tem-se a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos, alteração da paisagem, emissões atmosféricas e de ruídos, além da possibilidade de surgimento de focos erosivos e carreamento de sedimentos para cursos d'água.

A atividade produtiva não demandará uso de água e, desta forma, não haverá geração de efluentes líquidos industriais. A água para consumo humano será levada diariamente em galões de 20 litros.

A geração de efluentes líquidos sanitários se dará nos banheiros químicos, os quais serão higienizados periodicamente por empresa especializada.



A manutenção e o abastecimento de veículos e equipamentos será realizada em rede autorizada no município de Carrancas, não havendo acondicionamento de óleos, graxas, lubrificantes e combustíveis na área do empreendimento.

Não haverá geração significativa de resíduos sólidos, tendo em vista a inexistência de benfeitorias ou de resíduos e/ou rejeitos/estéril na atividade produtiva. Serão gerados resíduos de características domésticas (orgânicos e recicláveis), os quais serão armazenados em bombonas e recolhidos no final do turno e encaminhados para Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) do município.

As emissões de ruídos, bem como as emissões atmosféricas tendem a ser insignificantes. A operação do empreendimento se dará em horário comercial e será realizada a manutenção periódica de veículos e equipamentos, bem como a disponibilização de equipamentos de proteção individual – EPIs aos colaboradores. Além disso, o empreendimento se situará em área rural, distante de núcleos populacionais e próximo de área com fragmentos florestais. Ressalta-se, ainda, que o empreendimento não realizará o desmonte por explosivos e se compromete a realizar monitoramento de efluentes atmosféricos com o uso de caminhão pipa, caso necessário.

Com o intuito de minimizar o surgimento de focos erosivos com consequente carreamento de sedimentos para cursos d'água será implantado no entorno da área de extração diques de contenção de sedimentos e canais de drenagem ligados a microbacias de decantação, impedindo o assoreamento do corpo hídrico local.

A Supram Sul de Minas determina o cercamento da área e a instalação de placa de identificação do empreendimento e portão de acesso.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 03** no município de Carrancas, pelo prazo de **10 anos**, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer, bem como da legislação ambiental para as atividades **“extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal” – código A-03-01-9.**



ANEXO I

Condicionantes para LAS do Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 03

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada-LAS .
02	Protocolizar Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, referente a área objeto de extração, em observância ao disposto na Deliberação Normativa Copam nº 220/2018 e Instrução de Serviço Sisema nº 07/2018.	6 (seis) meses antes da previsão de encerramento da atividade
03	Apresentar relatório técnico-fotográfico dos avanços da frente de lavra, bem como da comprovação da instalação e manutenção periódica do sistema de drenagem de águas pluviais (canaletas de drenagem escavadas em solo e bacias de decantação/sedimentação). Obs.: As fotos deverão ser datadas.	Anualmente ^[2]

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

^[2]Enviar **anualmente**, à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, o relatório exigido no item 03.

IMPORTANTE

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento do Município de Carrancas - Área de Extração de Cascalho Municipal 04

1. Resíduos sólidos e rejeitos*

1.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

***OBS: Ressalta-se que os efluentes sanitários gerados nos banheiros químicos também deverão ser declarados na DMR, conforme disposto na referida Deliberação Normativa.**

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser inserido manualmente no sistema MTR e apresentado, semestralmente, via sistema MTRMG ou alternativamente ser apresentado um relatório de resíduos e rejeitos com uma planilha a parte juntamente com a DMR.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados exigidos na DMR, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.